

A (des)articulação dos atores no território para o desenvolvimento local: o caso do município de Itaguaí/RJ

Paulo Fernando Gonzaga Cavallari,¹
Rejane Prevot Nascimento²

Resumo

Este trabalho busca analisar a articulação entre as associações da sociedade civil do município de Itaguaí com o poder executivo, no processo de desenvolvimento local. O estudo foi realizado por meio de pesquisa qualitativa, com o método de estudo de caso, e a coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas com representantes de associações da sociedade civil e do poder executivo do município. Consideradas as principais características do modelo de desenvolvimento no qual este estudo se amparou, pode-se concluir, a partir da pesquisa, que não são identificados sinais determinantes da existência de desenvolvimento local, nem tampouco uma articulação dos atores que propicie este tipo de desenvolvimento.

Palavras-chave: Cooperação; Participação; Território; Desenvolvimento Local.

Abstract

This paper analyzes the relationship between the civil society organizations of the municipality of Itaguaí with the executive branch, in the local development process. The study was conducted by means of qualitative research, the case study method, and data collection through semi-structured interviews with representatives of civil society associations and the executive branch of the municipality. Considered the main features of the development model on which this study is bolstered, it can be concluded from the research that decisive signs of the existence of local development are not identified nor an articulation of actors that can provide this type of development.

Keywords: Cooperation; Participation; Territory; Local Development.

Introdução

¹ Mestre em Administração pela Universidade Unigranrio. E-mail: paulocavallari@hotmail.com

² Docente do programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Unigranrio.

O município de Itaguaí, localizado na região metropolitana do Rio de Janeiro, tem adquirido, nos anos recentes, significativa representatividade no âmbito estadual. Para que se compreenda melhor o volume de investimentos direcionados ao município nos últimos anos, convém ressaltar algumas considerações que foram extraídas dos relatórios do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCERJ, a título de contextualização.

No período de 2004 a 2009, o PIB *per capita* de Itaguaí elevou-se a um dos maiores da região metropolitana do Rio de Janeiro, ficando atrás apenas do município de Duque de Caxias (TCERJ, 2010). No que tange aos repasses, o montante total transferido pela União e pelo Estado do Rio de Janeiro ao município de Itaguaí (excluídos os repasses de participações governamentais ligadas a petróleo e gás) teve um aumento de 109% entre 2005 e 2010, passando de R\$ 77,22 milhões/ano para R\$ 143,30 milhões/ano.

Por outro lado, a arrecadação de tributos teve um crescimento de 303% no mesmo período. Tal evolução se deve ao aumento de 353% na arrecadação de ISS, 108% na receita de IPTU, 231% no Imposto de Renda retido na fonte, 597% no ITBI e de 94% nas demais taxas.

É importante registrar que, no entendimento da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (2013), a região de Itaguaí se caracteriza por concentrar o maior estoque de infraestruturas logísticas do estado e um dos maiores do país, com destaque para o Porto, a Rodovia Presidente Dutra e a malha ferroviária da MRS (que liga Minas Gerais e São Paulo aos portos de Itaguaí e do Rio de Janeiro). Entretanto, é a construção do Arco Metropolitano, já em execução, obra originada pelo PAC do governo federal, que terá um grande impacto sobre a região nos próximos anos.

A importância estratégica do Arco Metropolitano está no fato de possibilitar a interligação de toda a região metropolitana, completando o acesso rodoviário do Porto de Itaguaí e aproximando essa região de Duque de Caxias, onde está instalada a Refinaria Duque de Caxias (REDUC), e do Leste Fluminense, onde está sendo construído o complexo petroquímico COMPERJ. Portanto, por si só, a ocupação do entorno do Arco Metropolitano será um grande motor do desenvolvimento futuro da região.

O município de Itaguaí vive, neste contexto, um processo de atração de investimentos favorecido pela sua localização privilegiada, no decorrer do qual são

claramente desfeitas as características do local em favor de processos de industrialização aparentemente mal planejados. A região parece segmentada em diferentes pequenas peças, sem que se vislumbre qualquer possibilidade de encaixe de umas peças nas outras.

Considerando o papel que as organizações da sociedade civil e o poder executivo devem ter na construção de um desenvolvimento mais integrado e sustentável da região, principalmente pela sua capacidade de concentrar esforços e de estimular a participação e a cooperação, este trabalho busca analisar as percepções das associações da sociedade civil do município, assim como do poder executivo, sobre seu papel no processo de desenvolvimento. Para esta análise, foram entrevistados representantes das Associações de Moradores do Bairro Somel, da Associação de Moradores da Vila Geni, da Federação Regional das Associações de Moradores de Itaguaí - FRAMI, da Associação dos Pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira – APLIM, da Associação Comercial, Industrial e Agropastoril de Itaguaí – ACIAPI e o Vice-Prefeito municipal, o Secretário de Desenvolvimento Econômico e o Subsecretário de Meio Ambiente do município.

O papel dos territórios

Dada a sua importância para o desenvolvimento local, nesta seção, abordaremos a questão do território para, a seguir, discutirmos os principais aspectos do desenvolvimento local assim definidos sob a ótica deste estudo. Através de seus organismos e instituições, o território se apresenta como o principal agente promotor deste tipo de desenvolvimento.

Segundo Muls (2008), os territórios são um construto socioeconômico e institucional. Em termos teóricos, considerar o território como um ator, como um sujeito, significa opor o local ao global e entender que as estratégias locais retroagem sobre as forças globais, a ponto de redirecionar suas leis funcionais, podendo então iniciar um movimento autônomo de crescimento e de autorregulação.

A construção do desenvolvimento sustentável tem por base o espaço local e o patrimônio sociocultural das comunidades. Espaço local é um território, uma comunidade, um município ou região onde se expressam os direitos da cidadania e

se realizam as identidades particulares, ensejando, quando articuladas solidariamente o desenvolvimento inclusivo das potencialidades econômicas locais (GEHLEN, 2006). Ainda na opinião de Gehlen (2006), é no território local que se desenvolvem relações específicas, superando a dicotomia entre o rural e o urbano, e se estabelecem articulações internas de respeito e valorização da diversidade e de acordos solidários de cidadania com vistas ao desenvolvimento sustentável. Estas potencialidades constituem o patrimônio socioeconômico e cultural que expressa a capacidade de organização que a comunidade possui, com vistas a mobilizar recursos.

A um território correspondem políticas públicas específicas, segundo as condições objetivas – econômicas, sociais e institucionais – de cada microrregião. É possível realizar um planejamento particular, não generalista, com base nas ações e atividades futuras de cada projeto territorial.

É importante o esclarecimento de Tânia Fischer sobre o contexto do termo “local” e da noção de “território”:

Quando se fala em local, não se está circunscrevendo o conceito à rua, ao bairro ou mesmo à cidade. O universo de análise é mais amplo e abstrato, podendo estar relacionado a várias escalas de poder, consideradas isoladamente ou em conjunto, em um ou mais territórios (FISCHER, 2002, p. 13).

Desse modo, a partir da dialética territorial, conforme Santos (1998, 2000, 2006), são identificados novos recortes no território, decorrentes do processo de globalização, os quais o autor classificou de horizontalidades e verticalidades. São dois cortes simultâneos e complementares do espaço geográfico. Na verdade, são as fragmentações do espaço, suas funcionalidades e reordenações dos lugares em continuidades geográficas ou não.

Horizontalidade diz respeito aos lugares geograficamente próximos, reunidos por uma continuidade territorial. Neste sentido, Santos (2000) alega que as horizontalidades significam tanto as articulações quanto os benefícios gerados no âmbito local pelas ações de um determinado ator sobre o território onde se instala.

As verticalidades, por sua vez, são criadas por meio da coesão organizacional baseada em racionalidades de origens distantes. Usufruem do território como um recurso a ser explorado, a partir do uso pragmático de seu conjunto de equipamentos, instituições, práticas e normas (SANTOS, 2000).

O conceito de desenvolvimento territorial sustentável se preocupa em criar mecanismos para avaliar a ação dos poderes públicos em suas políticas de desenvolvimento local, como descrito por Perico (2009). Neste sentido, o conceito de território passa a ser fundamental, uma vez que questiona por quem e para quem tais políticas devem ser elaboradas? O modelo de planejamento estratégico clássico perde seu sentido, pois em um território quem define e delibera sobre suas estratégias são os atores locais. Estes aspectos são fundamentais para a obtenção de um modelo de desenvolvimento local, conforme pode ser verificado na seção seguinte.

O desenvolvimento local

Segundo Grzeszczeszyn e Machado (2008), o desenvolvimento local é um conceito alicerçado no protagonismo da sociedade local. Trata-se de uma reação aos projetos de desenvolvimento nacionais e regionais centralizados e baseados apenas no crescimento econômico e no avanço tecnológico, os quais têm provocado crescente desigualdade social em nível mundial. Assim, na visão dos autores, a sociedade civil participativa e construtora do seu futuro, constitui o alicerce do desenvolvimento local, principalmente porque ocorre um reforço das unidades territoriais.

Para Batista et al (2013), a credibilidade, os laços afetivos, a cultura regional e a educação revelada pela historicidade são articuladas ao discurso do desenvolvimento local. À medida que os empreendedores locais almejam crescimento e consolidação de seus negócios na região, esta prosperidade potencializa a expansão do mercado na perspectiva de um empreendedorismo endógeno. Evidencia-se também que não apenas as pessoas, mas os atores empresariais devem se integrar em um plano simbólico para a construção de uma identidade territorial.

Fischer (2002, p. 21) estabelece dois sentidos e significados para o desenvolvimento local: “orientados para a competição e orientados para a cooperação”. No primeiro, prevalece a lógica econômica globalizante, em que o local está conectado e integrado à trama produtiva total, com um discurso totalizante: “local, integrado e sustentável”. Pressupõe a existência de “recursos humanos qualificados; relações econômicas entre produtores e clientes; circulação de informações entre

agentes, instituições e indivíduos; [...] estrutura institucional desenvolvida; [...] identidade sociocultural facilitadora da confiança”.

No desenvolvimento local orientado para a cooperação, são priorizadas a inclusão social e a melhoria das condições de vida, que não rejeitam a ideia de desenvolvimento econômico, mas lhe impõem limites ao privilegiar a escala local, a ação social, o aproveitamento de técnicas e recursos disponíveis no entorno, o incentivo a formas de produção não capitalistas.

O que de mais importante essas teorias podem trazer, no entanto, é a ideia de que um país, região ou local mais bem dotados desses fatores pode aumentar mais facilmente o valor agregado à produção, à produtividade, pode acelerar o crescimento e possibilitar uma melhor distribuição de renda. Ou seja, de uma dimensão mais ampliada, o desenvolvimento local é resultado de mudanças estruturais.

Segundo Mazzali e Souza (2013), as ações das localidades visando ao dinamismo de suas economias devem levar em consideração as características da estrutura produtiva e as condições, mais ou menos favoráveis, para promover as necessárias articulações em seu interior, acompanhando e se adaptando às transformações do ambiente socioeconômico em que se inserem. A capacidade de interagir com as transformações do ambiente externo e reverter, positivamente (apropriabilidade), para o município/região os efeitos dessas transformações pode ter peso decisivo para o desenvolvimento econômico e social. Isto é, obter resultados que tragam melhorias em termos de geração de emprego e renda, infraestrutura, e produtos e serviços complementares, que se traduzam em melhor qualidade de vida local.

Neste sentido, a *participação* e a *cooperação* vinculam-se ao processo de descentralização com o objetivo de fortalecer a cidadania ativa. Sem dúvida alguma, a discussão sobre como integrar o desenvolvimento local com a cidadania é um dos pontos mais sensíveis na busca do pleno desenvolvimento. Trata-se de uma ação em que a sociedade e o poder público local praticam, em espaços públicos, a gestão social, uma gestão em busca do entendimento dos diversos atores envolvidos.

Por sua vez, segundo Tenório e Rozenberg (1997), uma participação consciente é aquela em que o envolvido possui compreensão sobre o processo que está vivenciando. A participação não pode ser forçada nem aceita como esmola, não

podendo ser, assim, uma mera concessão, sendo que o envolvimento deve ocorrer a partir do interesse do indivíduo, sem coação ou imposição.

A participação e a cidadania referem-se à apropriação pelos indivíduos do direito de construção democrática do seu próprio destino. Ainda na opinião de Tenório e Rozenberg (1997, p. 103), “sua concretização (destino) passa pela organização coletiva dos participantes, possibilitando desde a abertura de espaços de discussão dentro e fora dos limites da comunidade até a definição de prioridades, a elaboração de modos de ação e o estabelecimento de canais de diálogo com o poder público”.

Na ideia de Mazzali e Souza (2013, p. 4):

O peso das ações dos governos locais fica ainda mais evidente, tendo-se presente, que na ausência de uma política norteadora global, o alcance de políticas locais fica bastante reduzido. Fica clara a importância de identificar, analisar e avaliar detalhadamente os conjuntos de atividades com maior potencial para o desempenho sócio econômico do município (e região). Para tanto, é necessário também examinar e avaliar as modificações que vêm ocorrendo no ambiente maior em que se inserem, os impactos sobre a estrutura produtiva local, e a capacidade de resposta do município a essas transformações. Ou seja, englobar caracterização do município e análise do ambiente, como base para a definição de objetivo e ações.

É fato que existe uma dificuldade de se manter, de forma contínua e sistemática, elevados níveis de participação nas diretrizes das políticas a serem adotadas em uma determinada região.

Os fins e os meios do desenvolvimento exigem que a perspectiva da liberdade seja colocada no centro do palco. Nessa perspectiva, as pessoas têm de ser vistas como ativamente envolvidas – dada a oportunidade – na conformação de seu próprio destino, e não apenas como beneficiárias passivas dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento. O Estado e a sociedade têm papéis amplos no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas. São papéis de sustentação, e não de entrega sob encomenda. A perspectiva de que a liberdade é central em relação aos fins e aos meios do desenvolvimento merece toda a nossa atenção (SEN, 2000, p. 71).

E é nos espaços públicos que a liberdade humana é tanto o principal fim como o principal meio do desenvolvimento.

Segundo o projeto BNDES - Desenvolvimento Local, Cooperação Técnica do PNUD -, sob a coordenação de Tânia Zapata (2001), a dimensão institucional do desenvolvimento passou a ganhar relevância no quesito do desenvolvimento humano

sustentável. Trata-se do desenvolvimento e/ou das mudanças institucionais das organizações do governo, da sociedade civil e dos agentes produtivos, buscando novas formas de articulação.

A partir de 1992, com o término dos primeiros mandatos de prefeito após a constituição de 1988, passou-se a notar que a autonomia política e administrativa dos municípios apresentava resultados positivos frente às diversas demandas da população.

Francisco de Oliveira (2001), no projeto denominado “Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?”, mencionava o sucesso das publicações do Instituto Pólis e da Fundação Friedrich Ebert para ações municipais desde dezembro de 1993, com a publicação do Boletim denominado “Dicas. Ideias para ação municipal”.

O principal objetivo deste autor era apresentar propostas ou experiências bem sucedidas de políticas públicas, além de municiar com informações inovadoras em gestão pública, os prefeitos, vereadores, funcionários públicos, organizações e lideranças municipais.

Observa-se que, em geral, até poucos anos atrás, as intervenções da política de cunho regional nas estratégias de desenvolvimento estruturavam-se na concessão de incentivos fiscais e de crédito, nas obras de infraestrutura, na proteção e controle da concorrência etc. Mais recentemente, em função da crise financeira do setor público e do conseqüente contingenciamento de crédito, estas intervenções estão cada vez mais raras. Por este motivo, temos visto no Brasil a quase inexistência de políticas públicas regionais, que partam da municipalidade em detrimento das políticas de âmbito federal sobre as cidades. Entretanto, em decorrência, têm sido percebidas ações mais localizadas de estados da federação no sentido de atrair investimentos, o que acaba fortalecendo a posição daqueles Estados mais bem dotados de recursos em detrimento dos que menos têm a oferecer.

Enfim, a participação dos entes governamentais no desenvolvimento local vai muito além de planos plurianuais, orçamentos participativos ou projetos de desenvolvimento eleitoreiros de grande visibilidade e curto prazo de execução.

Os três poderes representados localmente, executivo, legislativo e judiciário devem interagir de modo a repensar o futuro no longo prazo, de forma verdadeira, não

permitindo prevalecer as ironias de uma realidade política que se divide por interesses claramente distintos entre eles.

A complexidade do tema do desenvolvimento humano coloca sobre a mesa assuntos de grande importância e que merecem ampla discussão entre os atores governamentais. Isto porque muitos destes assuntos nem sequer integram os modelos atuais utilizados para a mensuração do próprio desenvolvimento humano, como a influência da não aprovação das contas anuais das prefeituras municipais pelos Tribunais de Contas, o endividamento familiar, o alto índice de mortalidade de jovens por armas de fogo, a violência contra a mulher ou a prostituição infantil.

Segundo o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, por meio da edição de 2011 dos Estudos Socioeconômicos dos Municípios do RJ, os orçamentos das prefeituras mais modestas possuem, por força da lei, as características intrínsecas de orçamento-programa, aparentando ser fruto de planejamento decorrente dos modelos oficiais padronizados, que as prefeituras são obrigadas a preencher. Seu conteúdo é, na maioria das vezes, fictício, pois nada é efetivamente programado: a execução orçamentária desenvolve-se ao sabor das necessidades emergentes. A prova deste fato está na fatura de suplementações e reduções desenfreadas de créditos orçamentários, desfigurando o orçamento original. Desta forma, fica explícita a necessidade de se regular e fiscalizar tanto a elaboração do orçamento municipal e a documentação que lhe deu suporte, como suas alterações através dos créditos adicionais.

Percurso metodológico

Este artigo adotou uma abordagem de pesquisa qualitativa, posto que inclui um conjunto de técnicas interpretativas que procuram descrever, decodificar, traduzir e, de outra forma, aprender o significado, e não a frequência, de certos fenômenos que ocorrem de forma mais ou menos natural no mundo social. Dessa forma, “a pesquisa qualitativa visa atingir um entendimento profundo de uma situação. Pretende dizer ao pesquisador como e por que as coisas acontecem” (SCHINDLER; COOPER, 2011).

Nesta linha, este trabalho adotou para este fim a metodologia do estudo de caso, com a finalidade de identificar e analisar a percepção das associações locais e do poder executivo, no município de Itaguaí (RJ), no processo de Desenvolvimento

Local da região, impulsionado em grande parte pelos investimentos públicos e privados que lá ocorrem em grande vulto.

Como instrumento de coleta de dados, foi utilizada a entrevista semiestruturada, o que permitiu tanto indagar sobre fatos de maneira direta quanto pedir a opinião dos entrevistados sobre determinados assuntos ou eventos, de maneira espontânea. Também foram utilizadas a pesquisa documental, a pesquisa bibliográfica e a observação direta não-participante. Os sujeitos desta pesquisa são atores que contribuem para a formação de opinião, lideram grupos e têm indiscutível representatividade social na cidade.

A escolha dos entrevistados buscou um alinhamento com as pretensões da própria pesquisa. A seleção foi feita pela proximidade geográfica que os sujeitos da pesquisa têm com a região de maior investimento ou pelas características de abandono pelo poder público que apresentam. Além disso, todos foram escolhidos a partir do critério da acessibilidade.

Dessa forma, foram definidos os entrevistados, representantes das Associações de Moradores, Federação Regional das Associações de Moradores, Associação dos Pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira e da Prefeitura Municipal.

As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas a fim de garantir a fiel reprodução e interpretação do que foi externado pelos entrevistados sobre o tema. A partir da autorização expressa para gravação obtida junto aos entrevistados, as informações foram captadas para uma melhor compreensão das informações. Como método principal da análise, optamos pela análise de conteúdo (BARDIN, 2009).

Os roteiros de entrevistas foram elaborados a partir da identificação das categorias consideradas fundamentais para a existência da articulação dos atores do município no processo de desenvolvimento local, categorias estas que emergiram do Referencial Teórico estudado (Municipalidade, Aspectos da Governança, Cooperação e Participação, e Origem do Desenvolvimento), da mesma forma as respostas dos entrevistados foram analisadas e agrupadas, salientando os aspectos em comum ou, de certa forma divergentes, passíveis de observação dentro de cada uma das categorias.

Dados do campo: o município de Itaguaí, no Rio de Janeiro

Itaguaí pertence à região metropolitana do Rio de Janeiro, configurando-se no panorama fluminense como um município sem expressão até algumas décadas atrás. A duplicação da rodovia Rio-Santos mudou este cenário, facilitando o deslocamento entre diversos municípios próximos. O reaparelhamento do porto, anteriormente conhecido como Porto de Sepetiba, agora Porto de Itaguaí, fez com que Itaguaí ingressasse de vez no ciclo econômico do estado.

De acordo com Muls (2004, p. 176), fica evidente que uma das características da economia de Itaguaí é “a forte dependência desta economia em relação ao anúncio de projetos industriais de grande porte que, na maioria das vezes, são fruto de decisões tomadas no âmbito externo aos centros institucionais e empresariais locais”, pela visibilidade negocial oportunista de grandes corporações, por meros interesses logísticos e pelas esferas de poder estadual e federal, do que da atuação do próprio poder local, e esta é uma das questões que o estudo se propõe analisar.

Na classificação nacional do IDH-M de 2010, dentre os 5.565 municípios brasileiros, Itaguaí ocupa a 1,454ª posição. Já em relação aos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro, ocupa a 38ª posição.

De acordo com a metodologia de cálculo do índice, o IDH-Educação teve uma variação de 119,24%, no período de 1991 a 2010, tendo sido o item de maior representatividade na composição do resultado final do IDH-M.

O IDH de Itaguaí (0,715) referente ao ano de 2010, apesar de considerado “alto”, está abaixo da média do Estado do Rio de Janeiro (0,761) e da média Brasil (0,726), apesar da variação média do IDH-M de 2000 a 2010 (21,39%) ter sido superior à variação média dos 10 maiores IDH-M do estado (16,29%), no mesmo período.

Em relação à variação do PIB de 2000 a 2010, Itaguaí teve um crescimento (321,12%) superior ao crescimento médio dos 10 maiores PIB do Estado do Rio de Janeiro (279,22%), assim como da média do PIB dos 10 maiores IDH-M do estado (274,41%), o que caracteriza o elevado crescimento econômico da região, superando

claramente a evolução do índice representativo do desenvolvimento humano no município (IDH-M).

O município apresenta diversos problemas bastante antigos, que são reconhecidos pelos representantes do poder público nas entrevistas, ainda que percebam que o tratamento que vem sendo dispensado não seja o melhor, como pode ser notado neste trecho da entrevista do Subsecretário de meio Ambiente:

“[...] Você sabe que toda cidade portuária se caracteriza exatamente por esses índices altíssimos na questão da violência, na questão da prostituição infantil, tráfico de drogas. Isso é muito característico das cidades portuárias. E a gente nota que houve um crescimento muito forte em Itaguaí. Eu acredito que as ações que nós temos hoje não são eficazes, elas não atingem realmente o objetivo. E complementa: “[...] Se a gente não agir rápido, daqui a pouco a coisa se enraíza e fica muito difícil”.

Da mesma forma, chama a atenção também a quase invisibilidade do ente público local quando da decisão dos investimentos pelo empresariado entrante, o que fica definido nas palavras do Subsecretário de Meio Ambiente:

“[...] Existem investimentos aqui em volta do porto, porque querendo ou não Itaguaí é uma cidade portuária. Então essas licenças da área ambiental não são de competência do município, quem licencia é o INEA, o próprio IBAMA às vezes, em algumas situações. Então o município fica órfão na questão de exigir alguma coisa, porque, queira ou não, o projeto vai sair independente de quem for o prefeito.

Dessa maneira, fica evidente que a personificação jurídica e legal do município é, muitas vezes, desrespeitada, até desprezada por aqueles que vêm de fora, desqualificando o sentido da municipalidade para o qual propusemos chamar a atenção neste estudo.

A esse respeito, o Subsecretário de Meio Ambiente reiterou a desqualificação abordada no parágrafo anterior e relatou o despreparo do governo local:

“[...] O município não se preparou para receber esses investimentos. Esses investimentos, às vezes, não são muito divulgados, nós não ficamos sabendo com antecipação que vai haver X investimentos na área do porto, por exemplo. O que a gente vai fazer? Pra onde a gente vai crescer? A gente tinha que ter essas informações com mais intensidade para poder haver uma reação”.

Em relação ao exercício da municipalidade, o mesmo entrevistado relatou as dificuldades de se investir em infraestrutura com recursos da própria prefeitura.

Aspectos da Governança

Governança é entendida, neste estudo, como a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um determinado local, visando ao desenvolvimento, e a capacidade dos governos de planejar, formular e programar políticas e cumprir funções. Em todos os campos da vida social, a governança exerce papel preponderante pela forma como o poder é exercido na administração dos mais variados recursos.

O crescimento desordenado, principalmente pela falta de governança sobre as políticas públicas, foi expresso pelo representante da Secretaria de Meio Ambiente, da seguinte maneira:

“[...] o município não se preparou com relação a esse crescimento, que na verdade é um crescimento desordenado, na questão urbana, no saneamento básico, que hoje, por exemplo, nós não temos um metro de esgoto tratado, na questão do abastecimento de água, na questão do transporte, da mobilidade urbana”.

Quando questionado a respeito da participação na discussão do Plano Diretor do município, o presidente da Associação dos Moradores do bairro Somel manifestou a seguinte opinião:

“[...] Eu já fiz parte do plano diretor e o que é colocado dentro do plano diretor nunca bate com o decorrer do ano da vida da gente. Geralmente sai tudo diferente. Eles falam uma coisa, apresentam uma coisa, e na prática, no dia a dia, é outra totalmente diferente que a gente vê”.

Percebe-se que a estrutura já existente, vinda da própria comunidade, não é aproveitada, sob pena de que os interesses maiores sejam prejudicados pela intervenção popular.

Interessante é a percepção de que, mesmo entre situação e oposição, as opiniões dos entrevistados se alinham. Nas palavras do vice-prefeito, duras críticas são feitas ao modelo atual:

“[...] O plano diretor fica a cargo da Secretaria de Planejamento. Isso não está sendo discutido dentro da Secretaria de Planejamento. Isso também é uma crítica do próprio secretário de planejamento, que hoje limita-se a conduzir o programa Minha Casa, Minha Vida. Não vejo, infelizmente, uma vontade política para que haja um plano diretor que atenda realmente as necessidades que o município tem, e as necessidades que vão surgir em face do crescimento que está por vir”.

Em complemento, as palavras do presidente da Associação de Moradores do bairro Somel, descrevem de forma negativa a política local de Itaguaí:

“[...] A política atrapalha muito. No meu entender dificilmente a política vem pra ajudar, a política praticamente só atrapalha. Você não vê uma política dentro do município que foi construtiva. No bairro que eu moro e que tento fazer alguma coisa por ele, só foi destruição. Não tem nada que venha dizer: a Prefeitura trouxe isso pra dentro do bairro que está dando bons frutos. Não tem uma escola que tenha um aluno que saiba ler uma cartilha direito, que saiba fazer uma redação direito”.

Muito embora o diretor da Associação Comercial tenha informado que a maioria das grandes empresas instaladas em Itaguaí integram o quadro desta associação, o mesmo revelou que quase não há participação destes associados, uma vez que “[...] a vinda dessas empresas pouco tenha relação com o município, mais nas esferas do estado e do governo federal”. Esse depoimento ratifica falas anteriores que dão conta, também, da pouca ou quase nenhuma participação do poder público local no processo de chegada desses investimentos na região, o que fortalece a ideia de que a governança não é um ponto que conte a favor do município de Itaguaí.

A cooperação e a participação

Conforme indicado na seção em que foram apresentados os dados sobre a governança, a participação dos representantes das associações de moradores, com suas demandas, foi evitada nas discussões oficiais realizadas no município por meio da criação em paralelo de conselhos comunitários, que eram compostos em sua maioria por funcionários da própria prefeitura e não por representantes da comunidade.

A questão da ausência de participação e cooperação fica evidente no depoimento de diversos atores, seja a respeito da atuação das Associações de Moradores, Conselhos Comunitários e, até mesmo, por conta do Plano Diretor do município. Por outro lado, é importante entender se existe a busca pela participação e, dessa forma, questionamos a Federação Regional das Associações de Moradores que se pronunciou francamente alegando que:

“[...] eles (prefeitura) tentam sempre dar um jeitinho, driblar as coisas e botar você fora. Como nós tivemos agora aí semana passada, conferência da defesa civil, no restaurante Cochicho, e nós fomos avisados 9 horas da noite, porque era pra gente não ir mesmo. Chegamos lá tinham 50, todos funcionários da Prefeitura. Você explica isso? Não dá para entender”.

Com isso, o resultado é o descrédito da população em relação à participação nas decisões, conforme relata o presidente da Associação dos Moradores do bairro Somel, “[...] A gente chama as pessoas, procura botar as pessoas a par do dia a dia, das coisas que acontecem, só que as pessoas são desacreditadas de tantas coisas que acontecem de errado e eles não vem, acabam não vindo.”

Da mesma forma e pela maneira como os grandes empreendimentos industriais chegaram ao município, fica claro o descompromisso destas empresas com a prefeitura municipal na elaboração de políticas públicas, resultando em baixo nível de cooperação e participação, o que pode ser percebido nas palavras do Vice-Prefeito:

“[...] hoje nós somos a cidade que mais morre gente entre os 18 e os 25 anos por arma de fogo. Primeiro por causa da falta de um plano de ação efetivo entre a Prefeitura, entre o Estado junto com o Ministério Público, delegacia, entidades que atuam na cidade, no sentido de sentar. Olha, vamos combater, vamos melhorar as condições. Não adianta você falar que tem tráfico lá no bairro se lá não tem nem iluminação pública”.

Percebe-se que as poucas contrapartidas, quando ocorreram, foram fruto de um EIV – Estudo de Impacto de Vizinhança -, cujas empresas são obrigadas a apresentar ao INEA (Instituto Estadual do Ambiente para a obtenção da Licença Ambiental), e cuja realização e baixa qualidade têm sido amplamente questionadas pela APLIM (Associação dos Pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira), também entrevistada. A APLIM alega que essas poucas empresas fizeram apenas uma

maquiagem naquilo que já existia, sem sequer buscar a participação da comunidade na definição das prioridades de investimento.

A fraca adesão dos moradores a associações de classe e entidades representativas foi percebida nas entrevistas como reflexo da falta de confiança da comunidade nestes atores. Tal fato, contudo, foi negado por um dos entrevistados, o representante da Associação Comercial, Industrial e Agropastoril – ACIAPI, “[...] hoje temos uma adesão muito representativa de associados, bastante participativos nos nossos encontros, o que representa a percepção da credibilidade do trabalho da Associação”. Vale acrescentar aqui que há diretores da ACIAPI atuando como Secretários Municipais junto à prefeitura. Talvez daí surja a dificuldade da comunidade em não vincular o trabalho da Associação com os interesses políticos locais.

Mencionado nas entrevistas como fundamental na busca do desenvolvimento territorial, o Plano Diretor foi conhecido somente por um entrevistado, que representa a Federação Regional das Associações de Moradores de Itaguaí. Todos os demais informaram que jamais viram ou souberam algo a respeito.

Os representantes das Associações de Moradores e Associação dos Pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira, são bastante críticos em relação à participação, pois alegam ser costumeiramente excluídos das discussões e de não serem reconhecidos em sua representatividade. Já a Associação Comercial, Industrial e Agropastoril não é muito clara nas suas palavras sobre a forma como atua em benefício da comunidade em geral. Entre os próprios representantes do poder executivo, percebe-se que a cooperação e a participação são reconhecidamente importantes, mas não integram a lista de prioridades do governo atual. Este se revela um aspecto negativo no que tange às tentativas de formação e sustentação do capital social, conforme relato do Vice-Prefeito: “[...] as associações de moradores não são ouvidas... Eu digo isso porque recebo em meu gabinete pessoas desses segmentos solicitando ajuda, pedindo uma participação mais efetiva. Porque eles que estão lá no bairro, eles que levantam essas informações, mas quando chegam na Prefeitura as suas demandas não encontram eco”.

Análise dos dados

Da análise das entrevistas realizadas, foi possível verificar que quase todos os entrevistados questionam, de alguma forma, a maneira desordenada e desorientada do crescimento que se observa no município.

Foi possível perceber, também, um alto nível de desinformação por parte dos entrevistados pertencentes às organizações civis. No entanto, vale salientar que alguns atores concentram uma grande capacidade crítica e de atuação política no sentido de dar voz aos anseios da comunidade.

Da mesma forma, chama-nos atenção a excelente compreensão dos entrevistados acerca dos problemas e das perspectivas para Itaguaí, porém, com uma dificuldade expressiva em opinar isoladamente sobre os temas ligados ao desenvolvimento.

Os resultados das entrevistas apontam no sentido de que o local se submete aos interesses econômicos globais, retratando um quadro de desigualdade social e de governança ineficiente, onde o crescimento está voltado apenas para a competição e não para a cooperação.

Mas também os lugares e os agentes locais podem fortalecer as horizontalidades, "reconstruindo, a partir das ações localmente constituídas, uma base de vida que amplie a coesão da sociedade civil, a serviço do interesse coletivo" (SANTOS, 1997, p. 227). A sobreposição dos recortes e a simultaneidade das forças criam, na visão de Santos (1998, p. 16) "novas solidariedades", a despeito de diferenças entre pessoas ou lugares.

Um outro ponto, cuja abordagem pelos entrevistados foi recorrente ainda em relação à governança, trata da segurança pública. Quando os investimentos no município são públicos, estaduais ou federais, o silêncio do governo municipal prevalece, intencionalmente ou não, proporcionando certa confusão conveniente aos eleitores e à comunidade em geral. Quando o assunto é segurança pública o que, de maneira geral, apresenta um quadro crítico no país, o discurso foca a responsabilidade do estado, propiciando o entendimento de que o município não é responsável pela situação. O fato é que é comum o entendimento de que, em casos extremos, como o de Itaguaí, deveria prevalecer o pensamento múltiplo, unindo-se o esforço municipal, estadual e federal.

Em relação ao Índice Social utilizado nessa pesquisa, nenhum dos entrevistados representantes das organizações da sociedade civil sequer sabia do que se trata o IDH-M.

Já a respeito das grandes empresas que estão em Itaguaí, o presidente da Federação Regional das Associações de Moradores não poupou comentários, especificamente em relação aos critérios de seleção definidos pelas grandes empresas do entorno do porto às poucas escolinhas de fábrica que existem. Neste sentido, cabe ressaltar que os esforços em relação à integração econômica da comunidade vêm das próprias associações. Um bairro bastante prejudicado nesse processo de crescimento de Itaguaí é o da Ilha da Madeira, uma região basicamente sustentada pela pesca artesanal e pela agricultura familiar, cujos novos investimentos no porto Sudeste e Estaleiro e Base Naval da Marinha do Brasil ceifaram em torno de 60% da área total. Na região, funciona a APLIM – Associação dos Pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira. Com tantas dificuldades geradas a partir do processo de crescimento, a própria associação vem buscando alternativas no sentido de qualificar seus moradores em novas atividades e, dessa forma, dinamizar o mercado com novas propostas.

Enquanto politicamente os acertos não se realizam, outro exemplo positivo da atuação destas organizações vem novamente da Ilha da Madeira, onde a APLIM está organizando um curso supletivo para conceder nível médio aos moradores que pretendem fazer o curso de Marinheiro Auxiliar, para trabalhar em balsas e pequenas embarcações, sem qualquer interveniência do poder público nesse sentido.

Conforme já explicitado na revisão teórica, para a obtenção do desenvolvimento local, a cooperação e a participação têm papel fundamental.

No desenvolvimento local orientado para a cooperação, são priorizadas a inclusão social e a melhoria das condições de vida, que não rejeitam a ideia de desenvolvimento econômico, mas lhe impõem limites ao privilegiar a escala local, a ação social, o aproveitamento de técnicas e recursos disponíveis no entorno, o incentivo a formas de produção não capitalistas.

O que de mais importante essas teorias podem trazer, no entanto, é a ideia de que um país, região ou local mais bem dotados desses fatores pode aumentar mais facilmente o valor agregado à produção, a produtividade, acelerar o crescimento, aumentar o produto e possibilitar uma melhor distribuição de renda. Ou seja, do ponto

de vista de uma dimensão mais ampliada, o desenvolvimento local é resultado de mudanças estruturais.

Mas este não nos parece ser o caminho definido até então em Itaguaí, tomando por base as informações coletadas na pesquisa de campo.

Na opinião de Zapata et al (2001), o aspecto político visa a impulsionar, por meio de maior representação dos cidadãos nos segmentos sociais, a construção de políticas territoriais negociadas entre os agentes governamentais, do mercado e da sociedade civil, propiciando um ambiente inovador de cidadania e favorável às transformações da economia local.

Contrariando o entendimento de Grzeszczeszyn e Machado (2008), em relação à configuração do desenvolvimento local, não pudemos identificar qualquer tipo de protagonismo da sociedade local nas entrevistas realizadas.

No entanto, o trabalho do SEBRAE enquanto agente formador e de cooperação foi algumas vezes elogiado, apesar de poucos entrevistados afirmarem que fazem uso das suas instalações, treinamentos, consultorias etc.

Em relação à cooperação e participação, pudemos perceber que as entidades representativas dos moradores são marginalizadas pelo poder público e ainda não têm força suficiente para geração do capital social necessário ao desenvolvimento local.

A importância da cidadania no processo de desenvolvimento pode ser assim definida:

Desenvolvimento local com cidadania é um processo de planejamento que objetiva alcançar o desenvolvimento sustentável de um território por meio da ação concertada entre os seus diferentes atores sociais e o mercado, instituídas por meio de espaços públicos sob o princípio norteador da cidadania deliberativa (TENÓRIO, 2007, p. 133).

Categoria de extrema relevância, a sustentabilidade ambiental apareceu nas entrevistas como uma das questões mais preocupantes. A um custo absolutamente alto, os investimentos vêm sendo feitos no município como se tivessem sido encomendados e, por este motivo, a qualquer preço. Muitos integram o Programa de Aceleração do Crescimento do governo federal. Por este motivo, acredita-se que não há dificuldades na obtenção de licenças ambientais no curso das obras.

Da mesma forma, diz o discurso governamental que é indispensável reconhecer os conflitos de interesse e de responsabilidade pelos custos ambientais e sociais decorrentes do crescimento, construindo pactos que apontem novos caminhos ou minimizem os prejuízos do atual padrão de produção.

A contaminação da baía de Sepetiba pela Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, o assoreamento do canal em virtude da dragagem do porto, a extinção dos manguezais e de mata atlântica, o desvio de curso d'água, a eliminação indiscriminada de diversas espécies animais, dentre outras tantas informações, surgiram ao longo das entrevistas realizadas.

Por fim, os dados coletados e analisados dão conta de que os entrevistados concordam de forma unânime com o fato de que o ciclo de investimentos que atinge Itaguaí independe de ações dos atores locais.

Considerações finais

Em alguns casos, a percepção que os sujeitos constroem de seus espaços é carregada de significados negativos, atribuídos historicamente a eles. No caso de Itaguaí, município objeto deste estudo, percebemos que o descrédito e o desânimo fazem parte do discurso da população há muito tempo.

Ainda não é possível observar de que maneira a mobilização dos atores locais, especificamente as organizações da sociedade civil, terá condições de reverter o processo de crescimento tal como ele vem acontecendo. De qualquer forma, é possível afirmar que esta reversão, além da capacidade de internalizar o que há de positivo nesse processo, depende urgentemente da reformulação do Plano Diretor existente, o que deverá ser feito de maneira integrada entre os entes públicos e as lideranças comunitárias.

O desenvolvimento endógeno não foi uma característica percebida, sendo falhos os aspectos da municipalidade, cooperação e participação e governança, como indutores do desenvolvimento local, características estas analisadas neste trabalho, através das entrevistas realizadas para o estudo de caso.

No nosso entendimento, o desenvolvimento local é algo que se constrói e se configura pela presença conjunta das dimensões econômica, social, ambiental,

cultural e política num mesmo espaço territorial, a partir da articulação dos diferentes atores locais.

Tendo em vista a inexistência de uma governança administrativa entre os atores representativos do município, há pouco espaço para o surgimento e fortalecimento do capital social, caracterizando uma fraca articulação entre os diferentes atores analisados. As forças que surgem não nos parecem suficientes para endogeneizar os efeitos positivos do crescimento do entorno da área portuária de Itaguaí.

Este estudo possibilitou reconhecer a existência de um significativo crescimento econômico no município, ainda que desregrado e desorientado.

Foi possível identificar, também, que não há cooperação e solidariedade entre as associações, orientadas para um desenvolvimento integrado, tendo sido facilmente percebidas evidências de competição.

Quanto à origem desse crescimento, não há dúvidas de que é exógeno, visto que decorre de investimentos vindos de fora da região, a partir de interesses também externos e independentemente de qualquer esforço feito pelos atores locais, muito provavelmente pela atratividade da região em relação a questões logísticas ou por qualquer outro motivo que seja de interesse externo ao local.

Percebe-se que a atividade política na região é desprestigiada, rotulada e atua como inibidora da ação social e da integração entre a sociedade e o poder público. Por esta falta de abertura e de consequente oportunidade de envolvimento nos assuntos de caráter municipal, não há comprometimento da comunidade com a atuação do poder público. O centro de decisões é bem definido, constituído em torno do executivo municipal que, inclusive, aparenta se utilizar de artifícios para alcançar com certa facilidade outras esferas de poder, tanto horizontalmente, como a câmara de vereadores e as varas judiciais locais, quanto verticalmente, chegando aos tribunais superiores, congresso nacional, governo do estado etc., o que se comprova pelos alvarás e licenças recebidas nos mais variados processos administrativos e judiciais.

O potencial do território não é explorado na forma de redes ou de arranjos produtivos, assunto este que tem sido objeto de estudo permanente de professores da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

A interiorização do crescimento que se observa em Itaguaí é fruto, em sua grande maioria, de obras do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento -, do governo federal ou de investimentos privados, atentos que estão à localização privilegiada do porto de Itaguaí e sua importância estratégica, e quase nada por atividades empreendedoras ou por iniciativa do poder público local.

A não participação da sociedade na condução do ensino público e o direcionamento dado pelas empresas privadas ao ensino técnico existente no município denotam, também, uma terra de muitos donos, que conduzem os negócios de acordo com seus próprios interesses, mais uma vez, relegando o interesse múltiplo em favor de interesses únicos.

O distanciamento entre o PIB e o IDH-M de Itaguaí, demonstrado na pesquisa, apareceu claramente, também, nas respostas dos entrevistados e na observação direta não-participante, sinalizando as diferenças entre crescimento e desenvolvimento. O município de Itaguaí apenas cresce mas não se desenvolve. Consideradas as principais características do modelo de desenvolvimento no qual este estudo se amparou (categorias de análise), é apropriado afirmar que, através da metodologia utilizada, não identificamos sinais determinantes da existência de Desenvolvimento Local, nem tampouco uma articulação dos atores que propicie este desenvolvimento.

Em complemento, merece crítica o resultado da pesquisa do IDH-M realizada pela ONU/PNUD, por representar um índice de composição bastante restrita e até simplória, do ponto de vista da significância do desenvolvimento humano. Atribuir a Itaguaí um índice considerado de “alto” desenvolvimento humano diante de toda a problemática apresentada neste estudo confere, no mínimo, uma absoluta fragilidade metodológica do indicador.

Portanto, considerados também os estudos já feitos na região, que tiveram como ponto de partida objetivos distintos mas que apresentaram evidente alinhamento nas conclusões sugere-se, daqui pra frente, que projetos aplicáveis aos problemas de Itaguaí sejam desenvolvidos em paralelo aos estudos teóricos, com a participação da comunidade civil organizada e que possam contribuir efetivamente, conduzindo a população local a dias melhores, através de novas oportunidades e da redescoberta das suas vocações.

Referências Bibliográficas

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edições 70, LDA, 2009.

BATISTA, M. et al. *Empreendedorismo regional: Um olhar sobre a identidade cultural em narrativas locais*. Revista de Negócios_ ISSN 1980.4431_vol. 18, n.2, p.3_26, 2013_Doi:10.7867/1980-431.2013v18n2p3_26.

FIRJAN – *Caderno Decisão Rio 2012-2014 – Investimentos*. Disponível em http://www.firjan.org.br/decisaoport2012-2014/files/decisaorio2012-2014_pt.pdf. Acesso em julho/2013.

_____. - *Visões de Futuro – Potencialidades e Desafios para o Estado do Rio de Janeiro – Região Baixada Fluminense – Área I, 2012*. Disponível em <file:///C:/Users/Paulo/Downloads/Visoes%20de%20Futuro%20Potencialidades%20e%20Desafios%20para%20o%20Estado%20Regiao%20Baixada%20I.pdf>. Acesso em julho/2013.

FISCHER, T. *Poderes locais, desenvolvimento e gestão. Introdução a uma agenda*. In: *Gestão de desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação*. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

_____. *A gestão do desenvolvimento social: agenda em aberto e propostas de qualificação*. VII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lisboa, Portugal, 8-11 Oct. 2002.

GEHLEN, I. *Território, Cidadania, Identidades e Desenvolvimento Local e Sustentável*. In: Riella, Alberto (org.) *Globalización, desarrollo y territorios menos favorecidos*. Montevideu: Universidad de La República, 2006. P265 – 283. Disponível em <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/650.pdf>. Acesso em dez/2012.

GRZESZCZESZYN, G.; MACHADO, H. V. *Empresas Familiares do Setor Moveleiro e Desenvolvimento Local em Guarapuava – PR*. XXXII Encontro da ANPAD, EnANPAD 2008, Rio de Janeiro-RJ, 6 a 10 de setembro de 2008. Disponível em http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2008/ESO/2008_ES OC1550.pdf. Acesso em setembro/2013.

MAZZALI, L. e SOUZA, M. C. de A. *As Pequenas empresas e o dinamismo da economia local – O caso de Campo Limpo Paulista em São Paulo, Brasil*. Revista da Micro e Pequena Empresa, Campo Limpo Paulista, v.7, n.2, p.3-17, 2013 (Mai/Ago).

MULS, L. M. *Desenvolvimento Local, Espaço e Território: O Conceito de Capital Social e a Importância da Formação de Redes entre Organismos e Instituições Locais*. Revista Economia, Brasília (DF), v.9, n.1, p.1-21, jan/abr 2008.

_____. *O desenvolvimento econômico local do município de Itaguaí: o capital social e o papel das micro, pequenas e médias empresas*. Tese de doutorado

– UFRJ/Instituto de Economia. Rio de Janeiro: 2004. Disponível em http://teses.ufrj.br/ie_d/LeonardoMarcoMuls.pdf. Acesso em 30.11.2013.

OLIVEIRA, F. de. *Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?* São Paulo, Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001. 40p.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). *Território: globalização e fragmentação*. 4. ed. São Paulo: Hucitec: ANPUR, 1998. p. 15-20.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 9. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. Ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SCHLINDLER, P. S.; COOPER, D. R. *Métodos de Pesquisa em Administração*. Porto Alegre: Bookman, 2011.

TENÓRIO, F. G. *Cidadania e Desenvolvimento Local*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2007.

TENÓRIO, F. G.; ROZENBERG, J. E. *Gestão pública e cidadania: metodologias participativas em ação*. Revista de Administração Pública, v. 31, nr. 4, p-101-125, Rio de Janeiro: 1997.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – *Estudos Socioeconômicos dos municípios do Rio de Janeiro 1997-2000 e 2010-2011* – Secretaria-Geral de Planejamento. Disponível em <http://www.tce.rj.gov.br>. Acesso em junho de 2013.

YIN, R. *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. Tradução: Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZAPATA, T. et al. Desenvolvimento Local: estratégias e fundamentos metodológicos. In: SILVEIRA, C. M.; REIS, L. C. (org). *Desenvolvimento Local: Dinâmicas e Estratégias*. Rede DLIS: 2001.